

IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O INTRINCAMENTO DESSES DOIS PROCESSOS*

Political Identification and Representation: the intricateness of both processes

Ercília Ana Cazarin **

RESUMO: O texto enfatiza a estreita relação entre os processos de identificação e representação política. O primeiro, concebido como construído pela alteridade, isto é, pela diferença, pela afirmação ou pela rejeição do outro; mas nesse processo também conta o lugar social em que o sujeito está inscrito numa estrutura de relações. Representação é tomada como efeito das relações de força, constitutivas do político. Na pesquisa trato da representação política do sujeito enunciator do discurso de Lula (2003-2006). Neste texto, busco também compreender como e que sentidos se pode produzir quando a representação do sujeito enunciator, através de “o Lula”, é (re)significada para “o Presidente Lula”, mas também para “o Presidente”, “o Governo”.

Palavras-chave: identificação e representação política; discurso de Lula.

ABSTRACT: The text emphasizes the narrow relation between the processes of identification and political representation. The first, conceived as constructed by the alterity, that is, by the difference, by the assertion or by the rejection of the other; however the social role in which the subject is inserted in a structure of relations also matters in this process. Representation is taken as an effect of the power relations, constitutive of the politician. In the research, I discuss the political representation of the subject that utters Lula's discourse (2003-2006). In the present text, I furthermore intend to understand how and which senses can be produced when a representation of the uttering subject, by using “the Lula”, is re-signified to “the President Lula”, and also to “the President”, “the Government”.

Key-words: identification and political representation; Lula's discourse

* Este texto resulta do projeto de pesquisa “O processo de representação política: uma análise do discurso de Lula (2003-2006)”, desenvolvido junto ao DELAC / UNIJUI, com bolsista do PIBIC CNPq e ARD da FAPERGS.

** Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	-------------	------	------	---------------	--------

1. Introdução

O objetivo deste texto é compreender como funcionam e produzem sentidos os processos de identificação e de representação política, enfatizando a estreita relação que existe entre os mesmos. Faço isso, levando em conta pesquisas em que tenho me ocupado a analisar o discurso de Lula (DL) em diferentes espaços-tempo, ou seja: quando da elaboração de minha tese (2004), tratei da identificação e da representação política do sujeito enunciador do discurso em pauta no espaço-tempo 1978-1998. Na ocasião, constatei que uma das formas de representação do sujeito enunciador ocorria por meio de “o Lula”, a qual se dava em um funcionamento discursivo em que esse sujeito enunciava por meio do “eu” e/ou do “nós”, referenciando a si próprio como se fosse uma terceira pessoa determinada pelo artigo “o” (o Lula), como se pode observar nesta seqüência discursiva de referência (sdr)

eu vou dizer aquilo que estou sentindo, como disse a **minha** vida inteira aqui neste sindicato. Somente os covardes não têm a coragem de espelhar aqui no microfone, para a categoria, aquilo que realmente está dentro da cabeça deles. É sumamente importante, que cada um que vier aqui contar uma mentira, cada um que vier aqui e não falar a verdade, não estará mentindo para **o Lula**, não. Porque, como **eu disse** anteriormente, **o Lula** individualmente não vale nada; **nós** metalúrgicos, coletivamente, é que **valem** pra tudo e por tudo... (grifos meus) (Fragmentos do pronunciamento proferido em assembléia do Sindicato de São Bernardo, 26/05/79. In Lula: entrevistas e discursos, p. 337).

Na referida pesquisa, já foi possível perceber o entrelaçamento que havia entre os processos de identificação e de representação política. As análises me levaram a compreender uma espécie de jogo entre o “eu” do sujeito enunciador e a projeção imaginária que esse sujeito fazia do lugar social em que estava inscrito. Frente a isso, passei a entender que me deparava com aquilo que Pêcheux (1990) refere como sendo uma série de formações imaginárias que podem ser

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

apreendidas pelo discurso a partir da cena discursiva de interlocução. Nesta, os lugares sociais se explicitam, ainda que na sua opacidade. No processo de construção da identificação de um sujeito, é o imaginário discursivo que conta e, em análise do discurso (AD), o imaginário é da ordem do ideológico e revela-se pelo discurso, que é da ordem do simbólico, apreendido pela linguagem. Pêcheux (op.cit.) ressalta que *lugar* não significa “um feixe de traços objetivos”, e sim funciona, nos processos discursivos, como uma série de formações imaginárias que designam a imagem que A e B se atribuem cada um a si, ao outro, ao *lugar* do outro e ao seu próprio lugar; esses *lugares*, dos quais fala Pêcheux, também não têm a ver com a realidade física, mas com um objeto imaginário (p. 81-83).

Na pesquisa que ora desenvolvo¹, analiso a representação política do sujeito enunciador do discurso de Lula (DL), privilegiando o espaço-tempo 2003-2006. Trato do intrincamento dos processos de identificação e de representação política, mediante a análise da (re)significação de uma das formas de representação então analisada – “o Lula”. Esse funcionamento do discurso, na pesquisa anterior, me levou a entender que “o Lula” produzia efeitos de sentido de um personagem político, desempenhando o papel de uma quarta pessoa discursiva² (INDURSKY, 1997), embora com um funcionamento diverso daquele analisado por essa autora. O objetivo é compreender como e que sentidos se pode produzir quando a representação do

¹ O projeto de pesquisa “O processo de representação do sujeito: uma análise do discurso de Lula (2003-2006)” conta com bolsa de ARD da FAPERGS, com uma bolsista do PIBIC/CNPq e com créditos do PIBIC/UNIJUI.

² Quarta pessoa discursiva é uma noção cunhada por Indursky (1992) quando da análise das diferentes formas de representação do sujeito presidencial da III República Brasileira. Quando a terceira pessoa era usada no lugar do “eu”, através de um outro (o ele), simulando um apagamento do sujeito enunciador, a autora entendeu estar diante de uma quarta pessoa discursiva. Na análise por ela realizada, o uso da quarta pessoa discursiva produz a impessoalização do sujeito que abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo; o que ocorre é que, através dessa forma de representação, esse sujeito apresenta-se como se fosse o outro; o efeito de sentido produzido pela quarta pessoa discursiva é o de simular o não preenchimento da forma-sujeito – o sujeito simula seu apagamento ao mesmo tempo em que sublinha o efeito de esvaziamento da forma-sujeito, produzindo, assim, a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que constrói o discurso.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

sujeito enunciador, por meio de “o Lula”, é (re)significada para “o Presidente Lula”, “o Governo”, “o Presidente da República”. Presto especial atenção sobre o que esse funcionamento discursivo tem a ver com o processo de identificação política do sujeito enunciador. Na análise que apresento, levo em conta distintas cenas discursivas de interlocução, a partir das quais o sujeito é levado a enunciar, e tenho presente o fato de que uma cena discursiva não pode ser tomada como algo concreto ou estável, pois nela conta a dimensão imaginária do discurso, que, como escreve Sercovich (1977, p. 38), “deriva de seu fatal processo social de produção e consumo: da intervenção do sujeito e de suas representações”.

Representação do sujeito está sendo tomada como efeito das relações de força, constitutivas do político; este se revela pelo discurso, no qual intervêm a história e a ideologia como constitutivas do dizer. A partir dos estudos de Woodward (2000, p.17), entendo que o processo de representação “inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”, na cena discursiva de interlocução. Esta é concebida como o espaço tenso em que o sujeito enunciador participa com seus interlocutores de uma espécie de “ritual social da linguagem” (MAINGUENEAU, 1989, p. 30). Espaço esse que é capaz de permitir a compreensão do político através das relações que se estabelecem *no e pelo* funcionamento do discurso. Identificação é concebida como processo construído pela alteridade, isto é, pela diferença, pela afirmação ou pela rejeição do outro, mas, nesse processo, também conta o lugar social em que o sujeito está inscrito numa estrutura de relações. Nessa perspectiva, Warnier (2000), ao observar que a identidade não depende somente do nascimento ou das escolhas realizadas pelos sujeitos, afirma que, no campo político das relações de poder, os grupos podem fornecer identidade aos indivíduos.

A proposta de acompanhar os processos de identificação e de representação política do sujeito enunciador do DL, pelo viés da discursividade, tem como pressuposto a concepção de que os mesmos se materializam na/pela materialidade da língua. Esse entendimento me permite escrever que a representação política funciona como uma espécie de materialização da identificação do sujeito enunciador com a posição-sujeito em que ele está inscrito. Parafraseando Orlandi (1999, p. 40-49), enfatizo que são as projeções imaginárias que permitem

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	-------------	------	------	---------------	--------

passar das situações empíricas para as posições dos sujeitos no discurso, e que as imagens são constitutivas das diferentes posições-sujeito. Nesse sentido, importa lembrar que o modo como o sujeito ocupa seu lugar enquanto posição, não lhe é acessível, pois ele não tem acesso direto ao interdiscurso, concebido, em AD, como a memória do dizer.

Pêcheux & Fuchs, na revisão crítica da teoria da AD, ao conceberem uma teoria (não-subjetiva) da subjetividade de natureza psicanalítica, ressaltam que subjetividade se constrói a partir de um lugar que é social, isto é, marcado pela historicidade e pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. O lugar social, como já sinalizado, é entendido como dimensão imaginária que o sujeito faz desse lugar, e essa dimensão tem a ver com o processo de interpelação do sujeito, que o leva a inscrever-se em uma ou em outra posição-sujeito e, por conseguinte, em uma ou outra FD. Nesse sentido, interessa compreender que “as formações imaginárias devem ser tomadas na sua relação com o político que se representa pela cena das forças políticas construídas pelo discurso” (CORTEN, 1999, p. 37-38).

Ainda em relação ao imaginário discursivo, Sercovich (1977, p. 44-45) registra que Freud definiu o “ilusório por sua relação com o desejo e não por sua conexão com a realidade. (...) uma das características mais genuínas da ilusão é a de ter seu ponto de partida em desejos humanos, dos quais deriva”. Sercovich (op. cit.) propõe substituir desejos por interesses sociais – isso, segundo ele, possibilita compreender como a ação do imaginário discursivo integra-se à investigação das ideologias. Deslocando o afirmado por esse autor (op. cit.) para o campo teórico da AD, entendo que o imaginário discursivo pode ser compreendido como realização-encenação de interesses ligados a *lugares* em uma formação social e que, tanto o imaginário como o político, revelam-se pelo discurso, por meio do qual podem ser apreendidas as relações de força em jogo na cena discursiva de interlocução.

A partir do até aqui escrito, trato de analisar o processo de representação política do sujeito enunciador do DL não como algo que, ao ser formado, se cristalice; entendo que esse processo acompanha o de identificação do sujeito que sempre está em movimento, materializando-se quando da representação desse sujeito. Tendo presente o escrito por Orlandi (1993, p. 92), enfatizo que assim como o sentido sempre pode ser outro, pode deslocar-se para outros

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

sentidos, o sujeito enunciador, em seu processo de representação, atravessado por múltiplos discursos, também se dispersa (se movimenta) no espaço possível dos desvãos que constituem os limites contraditórios de diferentes posições-sujeito e/ou de formações discursivas.

Na leitura do arquivo (2003-2006), (re)encontro uma forma de representação na qual o sujeito enunciador do DL, enunciando em primeira pessoa do singular e/ou do plural, referencia um “outro” (um “ele”) atualizado por “o Lula”, mas agora também por “o Presidente Lula”, “o Presidente da República”, entre outras. Observe-se o funcionamento discursivo da seguinte seqüência discursiva de referência (sdr).

...Primeiro, **eu não sou o Lula, sou o Presidente da República**. Que é uma instituição. Segundo, esse cidadão nunca esteve **comigo**, nunca viu o **meu** cotidiano. Não poderia passar para fora que o Brasil é governado por um alcoólatra. **Eu duvido** que qualquer companheiro tenha **me** visto bêbado alguma vez. **Faço** esse desafio à imprensa nacional (grifos meus) (Fragmentos de entrevista à ISTOÉ em 19/05/2004).

Funcionamentos discursivos desta natureza me levaram e a ainda me instigam a pensar sobre o que levaria esse sujeito enunciador a se representar como se fosse um “outro”. Por que razão ele parece se dividir em dois, um que fala e o outro sobre o qual fala, assumindo o lugar de sujeito enunciador e de referente ao mesmo tempo?

As pesquisas têm me levado à compreensão de que, nessa nova função enunciativa, essa maneira de o sujeito se representar apresenta-o como um sujeito fortemente fragmentado, disperso. Daí meu interesse em compreender como “o Lula” se (re)significa.

Tendo em vista que a cena discursiva funciona como o espaço público a partir do qual o sujeito enuncia, representando-se, na interlocução, de uma ou de outra maneira, entendo que, no caso do DL, é nesse espaço que se estabelecem as relações de força, constitutivas do político. São elas que me possibilitam compreender como o sujeito enunciador se relaciona com os distintos lugares sociais que o afetam e como, a partir do interdiscurso, aciona um ou outro referente para preencher o espaço de atualização da terceira pessoa.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

Registro que, em AD, a preocupação não é com o referente ou com a designação em si, pois para falar em referente é preciso levar em conta a emergência de um enunciado em suas reais condições de produção. O que interessa é a referência ligada ao funcionamento do discurso. Foucault (1972, p. 62-64) escreve que quando se trabalha a referência, “não são os enunciados que permanecem constantes, nem o domínio que formam, nem tampouco seu ponto de emergência ou modo de caracterização”. O que interessa é “o relacionamento das superfícies em que podem aparecer, em que podem se delimitar – é aí que podem ser analisados e especificados”. Entendo que esse posicionamento de Foucault está muito próximo do trabalho que teóricos da AD desenvolvem em relação a essa questão.

Nesta mesma perspectiva, situa-se o que escreve Sercovich (1977, p. 35-36), assinalando que “a apreensão empirista do referente consiste no prejuízo idealista da teoria da referência”. Para ele, “o problema da referência exige a articulação entre uma teoria da subjetividade, uma teoria semântica e as epistemologias regionais dos distintos campos científicos”. Pode-se, então, apreender que a questão não é como um discurso descreve a realidade, e sim como esta é construída, como produz seus próprios referentes internos, determinando um regime representacional específico. Importa, portanto, levar em conta o interdiscurso, ou seja, a exterioridade do discurso, como constitutiva do dizer e do sentido, tendo presente que o referente de linguagem é construído pela própria linguagem.

Quando se trata de pensar a referência como uma das formas de representação política, o que interessa, salienta Indursky (1997, p. 24-25), são as representações imaginárias feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando compreender não só as “transformações de sentido”, mas também os efeitos decorrentes dessas transformações. Os enunciados, ao serem ditos, mobilizam um conjunto complexo de outros sentidos, por isso, a referência não pode ser concebida da mesma forma que o faz a lógica; é preciso pensá-la discursivamente. Assim, o que importa é examinar a construção discursiva do referente.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

No recorte discursivo³ que se segue, meu interesse volta-se para o funcionamento discursivo da 3ª pessoa, no qual o sujeito enunciador do DL, ao enunciar através do “eu”, toma como referente discursivo uma terceira pessoa (“o Lula”, “o Presidente Lula”, “o Presidente da República”) que, embora não ocupe o lugar do “eu”, pode por ele ser parafraseada. É isso que procuro demonstrar a partir da análise do recorte discursivo a seguir apresentado.

2. De “o Lula” a “o Presidente Lula”, mas também a “o Presidente da República”...

Neste recorte, analiso quando o sujeito enunciador do DL, ao enunciar em primeira pessoa do singular, referencia a si próprio, usando a terceira pessoa⁴, deiticamente atualizada por “o Lula” ou por “o Presidente Lula”, ou ainda, por “o Presidente da República”. Reitero que a preocupação não é com a participação ou não da terceira pessoa como sendo participante da cena enunciativa. O que procuro compreender é como a mesma funciona e produz sentidos no discurso em pauta, pois acredito que, ainda que seu sujeito enunciador se represente como se fosse um “outro”, o referente discursivo, no

³ Segundo Orlandi (1984), o recorte é uma unidade discursiva, entendida como “fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação”; é fruto de um trabalho de construção teórica e deve ser representativo do funcionamento do discurso que está em questão.

⁴ Em relação aos estudos sobre a terceira pessoa, interessa-me o que escreve Jespersen (1975, p. 259), em especial, quando ele trata da distinção entre pessoa conceitual e pessoa gramatical. Registra ele que, na maioria dos casos, existe coincidência entre a pessoa conceitual e a pessoa gramatical, por exemplo, o pronome “eu” e as formas verbais correspondentes são usados quando o falante refere-se realmente a si mesmo e, assim, também com as demais pessoas. Não obstante, escreve ele, os desvios não são raros; servilismo, diferença ou simples educação podem fazer com que o falante evite a menção direta de sua própria personalidade, e assim uma terceira pessoa pode substituir o “eu” como “seu” em (seu humilde servidor) ou (disponha Vossa Senhoria deste seu humilde servidor), etc. Alguns escritores evitam o mais possível dizer “eu”, usando construções passivas. E, mais: quando esses recursos não podem ser utilizados, são representados por “o autor” ou “o crítico”. Embora o funcionamento discursivo, em análise neste texto, não funcione da maneira apontada por Jespersen, o que importa é o fato de que esse autor, diferentemente de Benveniste (1991), admite a possibilidade de tratar o “ele” como uma pessoa do discurso.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

funcionamento do DL, caracteriza-se como uma pessoa, tomada a partir dos estudos de Indursky (1997), como sendo um dos funcionamentos possíveis da quarta pessoa discursiva. Observem-se as seqüências discursivas que destaco a seguir:

(...) O fantástico é **eu** voltar para o Brasil e **meus** companheiros do Fórum Social Mundial perceberem que **estou** voltando inteiro, ninguém comeu nenhum pedaço de **mim**. E, também, é importante **eu** sair daqui, e mesmo aqueles participantes do Fórum de Davos que não estão aqui, também terem a confiança de que **o Lula** não comeu nenhum pedaço deles. E, aí, está colocada a possibilidade de um encontro entre os dois povos. Muito obrigado (grifos meus) (Fragmentos finais da entrevista concedida por Lula no Fórum Econômico de Davos, 26/01/2003).

... Faz outros 20 anos que **eu ouço** falar que é preciso fazer as reformas da Previdência Social, e deram poucos passos para fazê-la. **Eu não aceito, meu** querido Governador Jatene, que digam que é **o Lula** que vai fazer as reformas, não é **o Lula**. Porque a primeira decisão que **eu tomei** foi chamar a Brasília, para uma reunião, os 27 Governadores de Estados, e **eu agradeço**, de público, o comparecimento e a disposição deles de ajudar para que a reforma não seja apenas **do Presidente da República**. A reforma tem que ser do interesse da sociedade brasileira e é assim que os Deputados precisam senti-la quando ela chegar ao Congresso Nacional. **Eu não quero** que os Deputados e os Senadores digam: “Bom, essa proposta é do PT, vamos derrotá-la. Essa proposta é do **Presidente Lula**, vamos derrotá-la.” (...)... O Brasil não é **do Lula, o Lula** é que é do Brasil... (grifos meus). (Fragmentos do pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da terceira linha da cadeia de produção da Alunorte, da Vale do Rio Doce, em Barcarena – PA, 04/04/2003).

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

(...) não cabe ao **Presidente da República** tomar nenhuma decisão de crítica a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Ora, se o Supremo Tribunal Federal abrir uma investigação, é uma investigação. **Eu** só posso tomar uma atitude quando houver uma conclusão. O que **quero** para mim, **eu faço** para os outros (grifos meus). (Fragmentos da Primeira Entrevista Coletiva de Lula como Presidente da República, 29/04/2005).

O funcionamento discursivo recém apresentado atesta que esse sujeito mescla seu discurso, representando-se, ora na ilusão de sua subjetividade, ora como se fosse um “outro”. O que também se pode observar é que, nas sdr(s) do recorte, independentemente das condições de produção do discurso, ocorre o mesmo funcionamento discursivo já constatado em pesquisa anterior, no qual o sujeito enunciador do DL, ao enunciar representando-se por “eu”, atualiza uma quarta pessoa discursiva, referenciando a si próprio. Ao mesmo tempo, se atentarmos para o que escreve Russell (1974, p. 167), esse sujeito enunciador “descreve” o referente discursivo, no sentido de que os nomes, quando determinados pelo “o” ou “a”, fazem parte das descrições definidas⁵. Escreve o autor: “... os nomes estão sendo usados como descrição: isto é, o indivíduo, em vez de ser nomeado, está sendo descrito como a pessoa que tem aquele nome”. No caso em análise, o sujeito joga com uma dupla representação: de um lado, diz “eu”; de outro, ausenta-se, refugiando-se em sua subjetividade.

Barthes (1982) também contribui para o entendimento desse tipo de funcionamento discursivo. Afirma que “falar de si dizendo “ele” pode querer dizer: falo de mim como se estivesse um pouco morto, preso numa leve bruma de ênfase paranóica”. Parafraseando esse autor, pode-se escrever que falar de si significa atuar como uma espécie de ator brechtiano que deve distanciar sua personagem: “mostrá-lo, não encarná-lo, dar à sua dicção uma espécie de piparote,

⁵ Segundo Russell (1974, p.160-68), uma “descrição” pode ser de dois gêneros – definida e indefinida (ou ambígua). Uma descrição indefinida é uma frase da forma “um assim-assim” e uma descrição definida é uma frase da forma “o assim-assim”. (...) No caso das expressões definidas a fórmula correspondente da proposição a saber, “X é o assim-assim”. (...) A única coisa que distingue “o assim-assim” de “um assim-assim” é a implicação de unicidade.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

cujos efeitos são descolar o pronome de seu nome, a imagem de seu suporte, o imaginário de seu espelho, estabelecendo uma espécie de afinidade possível da paranóia e do distanciamento, por intermédio da narrativa - o “ele” é épico” (op.cit, p 211-213).

Observo que, no DL, o funcionamento discursivo da terceira pessoa, em análise, ocorre de forma distinta: o nome próprio, determinado quer pelo artigo definido “o” (o Lula), quer por “o Presidente” (o Presidente Lula / o Presidente da República) não ocupa o lugar de sujeito na estrutura do enunciado, portanto, não ocupa o lugar da primeira pessoa, mas pode ser parafraseado por “eu”. Ou seja, o sujeito enunciador, representando-se por “eu”, fala de “o Lula”, de “o Presidente Lula”, de “o Presidente da República” etc., sintagmas esses que se tornam tópicos (referentes) de seu próprio discurso. Por isso, embora esse funcionamento discursivo não se dê exatamente como escreve Barthes, seus escritos interessam, pois quero crer que, no funcionamento do DL, “o Lula” / “o Presidente Lula” etc. correspondem a uma espécie de “personagem” político, isto é, figuras enunciativas construídas através do imaginário do sujeito enunciador, mas também de seus interlocutores.

Conforme já sinalizado, talvez se possa pensar que o sujeito enunciador do DL se constitua como uma espécie de ator que se desdobra, ao longo do processo discursivo em análise, em diferentes “personagens” para poder enunciar - “o Lula”, “o Presidente Lula”, “o Presidente da República”. Quero pensar que esse sujeito, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, se movimenta entre duas posições-de-sujeito: continua, de certa forma, identificado com “o Lula”, ou seja, com aquele Lula, líder e porta-voz sindical; líder e porta-voz do PT; candidato da Frente Brasil Popular e, por isso, recupera, na memória do dizer, “o Lula” e enuncia como tal (como aquele Lula de então); mas, ao mesmo tempo, já afetado por esse outro lugar social, representativo dos saberes da Presidência, enuncia como “o Presidente Lula” / “o Presidente da República” etc. É a materialização dessas distintas formas de representação que me levam à compreensão de que os processos de identificação e de representação política são indissociáveis. Na minha compreensão, a forma de representação política em análise apresenta o sujeito enunciador dividido (cindido) entre “o Lula” e “o Presidente Lula”/“o Presidente da República”.

Como estou enfatizando que tratar da representação política implica relacioná-la ao processo de identificação do sujeito, me

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

pergunto: seria possível pensar que, quando da atualização dessas seqüências discursivas – representativas do discurso –, o processo de identificação do sujeito enunciador do DL, com a posição-sujeito a partir da qual foi levado a enunciar, ainda não estivesse “consolidado”, a ponto de o mesmo se movimentar entre essas diferentes maneiras de se representar? Ou seria da natureza desse sujeito dispersar-se, no processo discursivo, entre diferentes funções enunciativas? Ou, então, esse sujeito, atravessado por múltiplos discursos (ORLANDI, 1993, p. 92), mover-se-ia entre os desvãos que constituem os limites contraditórios dessas diferentes “posições”?

Considerações finais

A análise realizada de permitiu compreender que um dos efeitos de sentido que acredito ser possível produzir é o de que o sujeito enunciador mobiliza distintas funções enunciativas, que lhe permitem olhar para si mesmo como se fosse outro, fragmentando-se no discurso, mas sem produzir a simulação de ausência do sujeito. O jogo entre a imagem que o sujeito enunciador do DL tem de si e a imagem que ele imagina que seus interlocutores têm/fazem dele possibilita compreender, pelo menos até este momento da análise, que a construção imaginária do sujeito enunciador materializada pelas diferentes formas de representação não permite que se fale em “apagamento” ou “neutralização” desse sujeito, nem em “esvaziamento da subjetividade”.

No caso em análise, “O Lula”, “o Presidente Lula”, “o Presidente da República” remetem a algo que está sendo indicado, descrito, apontado, funcionando aí como uma espécie de “personagem”. Enquanto o “eu” representa a ilusão de subjetividade do sujeito enunciador, “o Lula”, “o Presidente Lula” etc. permitem a esse sujeito dispersar-se no discurso em “o um” e “o não-um”, entre o sujeito enunciador e o “outro” - a alteridade. Daí, ser possível compreender que à medida que se alteram as condições de produção, esse sujeito se movimenta, isto é, o “personagem” se (re)significa, se (re)configura, construindo “o espaço possível de sua singularidade” (ORLANDI, op. cit.) *no e pelo* processo discursivo, à medida que vai se identificando com os diferentes lugares a partir dos quais enuncia. É isso que me leva a entender que o processo de (re)significação de “o Lula” para “o Presidente Lula”, mas também para “o Presidente da República” etc.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	-------------	------	------	---------------	--------

está fortemente relacionado com o processo de identificação do sujeito que vai se construindo pelo discurso ao longo desse mesmo discurso.

Nesse sentido, recorro a Guimarães (2002) para salientar que “o referente de linguagem é construído pela própria linguagem” e, no caso dos nomes próprios de pessoa, “funcionam como uma combinatória de nomes, pois o lugar de nomear é regulado socialmente”. Diante do que escreve esse autor, quero crer que “Lula”, inicialmente apelido construído coletivamente no âmbito do grupo familiar, vai, no percurso da prática sindical e, mais tarde, de práticas político-partidárias, ser designado e firmar-se por “o Lula”; em um primeiro momento, usado apenas como uma designação como em “o Portinari”, “o Manuel Bandeira”, embora não se trate de alguém ligado ao *glamour* das artes ou das letras. “O Lula” trata-se de um líder sindical que se destaca. É no ambiente da prática sindical que seus companheiros, a imprensa e, até mesmo, seus adversários passam a designá-lo por “o Lula” (CAZARIN, 2005) e, agora, em outra função enunciativa, já se identificando com os saberes da Presidência da República, carrega para esse lugar “o Lula” de então e passa a enunciar como “o Presidente Lula”, referindo-se tanto a “o Lula” como a “o Presidente Lula”, como se os mesmos fossem “personagens” inventados pelo “outro”, mas que ele os assimila. Alteradas as condições de produção do DL, na medida em que seu sujeito enunciador muda de posição-sujeito, “o Lula” se (re)significa por “o Presidente Lula”, “o Presidente da República”, entre outros, ou seja, vai se configurando *no e pelo* processo discursivo.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I** (1991). 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade estadual de Campinas.

BARTHES, Roland. Vinte palavras-chave para Roland Barthes. Entrevista à Le Magazine Littéraire, fevereiro/1975. In: **O grão da voz** (1982). Tradução de Teresa Meneses e Alexandre Melo. Porto, Lisboa: Coleção Signos 37, edições 70.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)** - (2004). Tese de Doutorado. UFRGS.

_____. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (2005)**. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------

- CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: **Os múltiplos territórios da análise do discurso** (1999). Freda Indursky e Maria C. Leandro Ferreira (Orgs.). Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber** (1972). Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento** (2002). Campinas, SP: Pontes.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- JESPERSEN, Otto (1924). **La filosofía de la gramática** (1975). Traducción Carlos Manzano. 10. ed. Editorial Anagrama. Barcelona.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso** (1989). Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos** (1999). Campinas, SP: Pontes.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos** (1993). 2ª ed., Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- _____. Segmentar ou recortar? Série **Estudos** (10) (1984). Faculdades Integradas de Uberaba.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução Bethânia S. Mariani...[et.al.]. In: GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso** (1990). Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução Péricles Cunha. GADET & HAK (orgs.) In **Por uma análise automática do discurso**(1990). Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- RUSSELL, Bertrand. **Introdução à Filosofia Matemática** (1974). Tradução de Giasone Rebuá. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SERCOVICH, Armando. **El discurso, el psiquismo y el registro imaginario** (1977). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura** (2000). Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (2000). Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes.

FONTES

Programa “Café com o Presidente”, 06/02/2006. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br>>

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	-------------	------	------	---------------	--------

Primeira entrevista coletiva de Lula como Presidente da República, 29/04/2005. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

IstoÉ, 19/05/2004

Pronunciamento do Presidente Lula na cerimônia de inauguração da terceira linha da cadeia de produção da Alunorte, Vale do Rio Doce, Barbacena, Pará, 04/04/2003. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

Entrevista no Fórum Econômico de Davos, 26/01/2003. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

GUIZZO, João et al. **LULA - Entrevistas e discursos** (1981). 2. ed. São Paulo: O Repórter de Guarulhos.

DLCV	João Pessoa	V. 6	Nº 1	Jan/ Dez 2008	93-107
------	----------------	------	------	------------------	--------